A política pública de manaus para o educando com transtorno do espectro autista e a incoerência com a política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva

The public policy of manaus for students with autistic spectrum disorder and the inconsistency with the national policy of special education from the perspective of inclusive education

DOI: 10.46814/lajdv3n4-052

Recebimento dos originais: 01/05/2021

Aceitação para publicação: 31/06/2021

Maria Almerinda De Souza Matos

¹ Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/FACED/UFAM. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD.
E-mail: profalmerinda@hotmail.com.

Raimunda Maria Moreira Da Silva

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Psicopedagoga, professora da rede Municipal de Ensino de Manaus/AM. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD.
E-mail: raimunda.ufam@hotmail.com.

Axon Moreira Miranda

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Professor da rede Estadual e Municipal de Ensino de Manaus.
E-mail: axonrpa10@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva da educação inclusiva mostra-se instigante na medida em que permeia e movimenta todos os segmentos da sociedade. Mas, pensar a educação em uma perspectiva inclusiva sugere colocar-se a frente de uma tarefa desafiadora para pesquisar e refletir acerca de diferentes saberes que envolvem esse processo, considerando-o enquanto prática social onde têm direitos todas as pessoas independentemente de suas peculiaridades, de sua origem, cultura, ou qualquer outra característica ou posição social.

Tal reflexão implica promover uma análise sobre a própria educação, seus fundamentos teóricos, suas leis, mudanças e sua função social ao longo da história da humanidade, trazendo à tona as contradições, seus avanços e as possibilidades de transformação produzidas ao longo do tempo.

A perspectiva filosófica de uma sociedade inclusiva e de uma escola inclusiva está sendo aceita e defendida por grande parte de pais, de educadores e da sociedade civil. Seus ideais têm sido ratificados e proclamados a partir de movimentos e acordos internacionais ocorridos no contexto

educacional no mundo inteiro, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien (1990), a Declaração de Salamanca, (1994), entre outros documentos elaborados em diferentes países, fundamentados na concepção de direitos humanos.

O princípio da inclusão no contexto mundial mostra-se como uma proposta de atenção ao campo da educação onde a sociedade inclusiva passa a ser considerada um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção do estado democrático. Nesse cenário, a educação inclusiva começa a configurar-se como parte integrante e essencial desse processo, repercutindo na educação brasileira, cujo núcleo central dessas mudanças girou em torno da proposta de universalização da educação básica, resultando, conseqüentemente na ampliação do acesso e permanência na escola. Desse modo, o paradigma da inclusão globaliza-se e torna-se, no final do século XX, palavra de ordem em praticamente todas as áreas das ciências humanas.

Acompanhando o processo de mudanças ocorridos na década de 1990, o Plano Nacional da Educação – PNE, Lei 10.172/2001 destaca que o “grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhora da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização (BRASIL, 2001, p.13).

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, implementado pelo Ministério da Educação em 2003, cuja finalidade é a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo a formação de gestores e professores nos municípios brasileiros para garantir o direito de acesso de todos à escolarização e ao Atendimento Educacional Especializado, em que os serviços oferecidos devem atender as necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

De acordo com documento do Ministério da Educação, os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam “alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restritos, estereotipados e repetitivos; incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil” (MEC, 2003).

Com a intenção de que todos os alunos participem da escola inclusiva, em particular os que têm necessidades educacionais especiais, incluindo o educando com Transtorno do Espectro Autista, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003) publica um documento em que define a educação inclusiva como:

O fornecimento de respostas pertinentes para todo o universo de necessidades educativas nos contextos pedagógicos escolares formais e informais. Em vez de se tornar um tema marginal sobre como se podem integrar alguns alunos na educação vigente, é uma abordagem que foca a transformação dos sistemas educacionais, a fim de responderem à diversidade de alunos. O seu objetivo é permitir que os docentes e os discentes assumam positivamente a diversidade e a considerem um enriquecimento no contexto educativo, em vez de ser um problema (p.8).

Na perspectiva da UNESCO, o tema inclusão precisa enquadrar-se em um contexto mais abrangente de educação para todos, insistindo no sentido de “que todas as crianças tenham uma educação básica de qualidade”, o que sugere que as escolas e os programas de educação básica devem criar condições para possibilitar a aprendizagem de todas as crianças, que apresentem necessidades educacionais especiais ou não.

O documento da UNESCO mostra que a inclusão teve suas origens na educação especial percorrendo várias etapas, cujas práticas desse modelo de educação foram passadas às escolas regulares através do processo de integração. Salienta ainda, que “o maior problema com a integração foi o fato de essa passagem não ter sido acompanhada pela organização das escolas, nos seus currículos e nas estratégias de ensino-aprendizagem, o que constitui uma das maiores barreiras à implementação da educação inclusiva” (p.6).

Nessa visão, Carvalho (2005) afirma que:

A escola precisa ressignificar suas funções políticas, sociais, pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, estimulando neles, a motivação, a atualização dos conhecimentos, a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações (p.67).

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve facilitar, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. Nesse sentido, a educação deve ser concebida como ato pedagógico e político, cuja marca mais significativa deve ser a valorização do aluno enquanto ser humano, aprendiz, ser histórico, político, social e singular, aspectos que lhe conferem o estatuto de cidadão.

Nesse sentido, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-PEI/2008, fruto do amplo processo de discussão realizado por pesquisadores da área da educação especial e inserida no contexto histórico em que grande parte dos educadores se dedica a avaliar os avanços produzidos e os desafios na implementação de políticas públicas, definindo caminhos a serem percorridos pela educação especial, buscando consolidar os princípios educacionais inclusivos.

A PNEE-PEI/2008, afirma como diretrizes para a construção dos sistemas educacionais inclusivos, “a garantia do direito de todos à educação, o acesso e as condições de permanência e continuidade de estudos no ensino regular” (BRASIL, 2008, p.1). Define também as diretrizes para os sistemas de ensino, as quais devem ser traduzidas em políticas educacionais que possibilitem a realização de ações promotoras do amplo acesso à escolarização, sendo esta, acessível a todas as pessoas com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A referida política também garante dentre outras ações:

A transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento Educacional Especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação, para a inclusão escolar; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, comunicação e informação (BRASIL, 2008).

As ações propostas pela política de inclusão significam um avanço no atendimento às pessoas com necessidades especiais em todos os níveis, modalidades e etapas de ensino disponibilizando os recursos necessários para que o processo de inclusão seja de fato efetivado. Com vistas a essa política, o educando com necessidades especiais passa a participar das atividades na sala de aula comum, tendo Atendimento Educacional Especializado – AEE¹, na Sala de Recursos Multifuncionais – SRM².

Nesse sentido, o município de Manaus se adiantou ao sancionar a Lei nº 1.495 de 26 de agosto de 2010, que “reconhece o autista como “portador”³ de deficiência para fins de fruição de direitos”. Porém, vale investigação quanto a real possibilidade de inclusão desse segmento da sociedade com base nessa política e seu consenso em relação à Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-PEI/2008.

Assim sendo, diante da proposta da educação inclusiva apresentada pelo Ministério da Educação buscou-se realizar esta pesquisa de mestrado em educação, de cunho bibliográfico e natureza documental, que teve como objetivo geral repensar o paradigma da inclusão escolar para o educando com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Manaus, para além do discurso oficial das políticas públicas, em que o artigo ora apresentado vem mostrar um recorte da pesquisa em questão, cujo objetivo específico foi analisar a Política Pública do Município de Manaus para o educando com TEA e seu consenso com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-PEI/2008, observando os pontos e contrapontos relativos à inclusão dos educandos com esse perfil no contexto das políticas públicas em questão.

¹ Atendimento Educacional Especializado (Decreto nº 6.571/2008)

² Sala de Recursos Multifuncionais (Resolução nº 4/2009)

³ Termo extinto na Política Nacional de Inclusão (MEC/2008).

2 MÉTODO

No processo dessa investigação adotou-se a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, enfatizando não a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais.

Salomon (1974) conceitua a pesquisa bibliográfica como “o conjunto de obras derivadas sobre determinado assunto, escrita por vários autores, em épocas diversas, utilizando todas as partes das fontes”. A abordagem qualitativa, segundo Bogdan & Biklen (1994) define-se como “uma metodologia de pesquisa que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (p.11).

O tratamento dos documentos se realizou pela análise documental, que para Triviños (1987) “é um tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis de educação, processos e condições, requisitos e dados, livros e textos”, constituindo-se na análise de documentos legais em que Oliveira (2007) ressalta que “o trabalho do pesquisador requer uma análise cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (p.70).

Seja qual for o tipo de documento estudado, a atividade investigativa não poderá ser vista como simples descrição do documento, como revela Bravo (1991) “*aquel tipo de observación que versa sobre todas las realizaciones sociales y las ideas humanas o son producto de la vida social y, portanto, encuaneto registran o reflejan esta, pueden ser utilizados para estudiarla indirectamente*” (p. 283) .

A pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e, por isso, revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Analisar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.

Para Bogdan & Biklen (1994) “os dados não são apenas aquilo que se recolhe no decurso de um estudo, mas a maneira como as coisas aparecem quando abordadas com um espírito de investigação” (p.200). Estes são construídos ao longo da pesquisa a partir das informações que o pesquisador recolhe da realidade pesquisada e da luz teórica que se lança sobre ela.

Desse modo, o primeiro momento da pesquisa consistiu em fazer um levantamento e organização dos materiais disponíveis. Posteriormente, foi realizada a leitura de todos os documentos para que fosse possível selecionar aqueles que apresentavam dados importantes para a investigação, seguiu-se com as anotações, resumos, fichamentos dos textos pertinentes ao tema em questão. Por fim, realizou-se a categorização e o cruzamento dos temas-chaves ali identificados.

A partir dos documentos, as informações contidas nos discursos das políticas públicas, das leis foram tratadas e analisadas observando os significados das ações e contradições que se revelam em mensagens significativas. Entre os documentos pesquisados encontram-se: a Declaração de Salamanca (1994), o Plano Nacional de Educação – PNE/2001, Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Decreto nº 5.671/2008, Resolução nº 4/2009, Lei Municipal nº 1.495 de 26 de agosto de 2010.

A análise formal dos dados foi desenvolvida a partir do que propõe a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977) “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre outra realidade que não a da mensagem”. Esse autor ressalta que o “objetivo da análise documental é a representação condensada da informação para consulta e armazenamento” (p.46).

A partir dos dados foi realizada a análise dos documentos, buscando uma interpretação e entendimento dos documentos legais e oficiais referentes ao processo de inclusão dos educandos com Transtorno do Espectro Autista com base na política pública implementada no município de Manaus a partir de 2010, observando se há ou não um consenso com a PNEE-PEI/2008 quanto à atenção à pessoa com transtorno do espectro autista no processo de inclusão.

3 RESULTADOS

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica com foco na análise documental, foi inicialmente realizada a leitura dos dados coletados, e nesse processo foi possível observar a falta de coerência da política pública do município de Manaus para a inclusão do educando autista em relação à Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

No contexto educacional, a partir da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-PEI/2008, o Autismo encontra-se enquadrado nos Transtornos Globais do Desenvolvimento envolvendo diferentes transtornos. O objetivo da política e do sistema educacional não é classificar as pessoas especiais ou não, mas reconhecê-las como seres humanos que devem ter seus direitos respeitados e promover sua participação e inclusão na sociedade.

A PNEE-PEI/2008 se fundamenta na concepção de uma sociedade inclusiva e assim sendo, através de suas diretrizes são estabelecidos os objetivos que incluem o acesso, a participação e a aprendizagem dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade/superdotação nas escolas regulares, oferecendo recursos como o Atendimento Educacional Especializado e a Sala de Recursos Multifuncionais, normatizados por meio do Decreto nº 6.571/2008 e da Resolução nº 4/2009, respectivamente.

As ações implementadas na política nacional de inclusão são compreendidas como uma proposta de reestruturação da educação e dos sistemas de ensino fazendo uma articulação entre a educação especial e o ensino comum, o que vem a atender a proposta de inclusão dos educandos com transtorno global do desenvolvimento, em particular o aluno autista, valorizando-o em sua potencialidade, acreditando na sua capacidade de desenvolvimento das habilidades e do convívio e participação na sociedade.

Quanto à política municipal, vale ressaltar que, diante das análises feitas, embora a política do município de Manaus tenha avançado no sentido da normatização da lei, quanto ao atendimento às pessoas com diagnóstico de autismo, não há coerência dessa política em relação à Política do Ministério da Educação (2008). A lei municipal prioriza o atendimento à pessoa autista no contexto clínico, ou seja, disponibiliza todo o tratamento para esse segmento da sociedade considerando a doença, a impossibilidade de desenvolvimento, a incapacidade da pessoa, tendo em vista que os profissionais elencados no texto da lei são, na sua maioria, da área da saúde, cujo olhar focaliza a patologia, a doença e não a potencialidade do sujeito.

Desse modo, por conta da deficiência que apresenta a pessoa com autismo, esta passa a ser tratada na visão clínica de atendimento, de acordo com o que preconiza a política do município de Manaus. Nessa perspectiva as pessoas acabam se relacionando com o quadro etiológico da condição de deficiente e não com a pessoa deficiente.

Uma pessoa diagnosticada com um transtorno, por exemplo, é, antes de tudo, uma pessoa e não um transtorno. Nesse sentido, um indivíduo com Transtorno Autista não é um autista, é uma pessoa humana, nomenclatura fundamental de garantia de direitos. Um rótulo classificatório não é capaz de captar a totalidade complexa de uma pessoa, muito menos, a dimensão humana irredutível desta. Pois os diagnósticos devem agregar valor ao permitirem acesso aos serviços, recursos e benefícios públicos e não devem ser elementos valorativos para estigmatizar e restringir o acesso às oportunidades.

Portanto, reconhecer a pessoa autista como potencialmente capaz para desenvolver suas habilidades, hábil para o exercício das atividades sociais como trabalho, lazer, educação e participação social, tendo possibilidades de assumir seus direitos e deveres, torna-se de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa, que valoriza o respeito à diversidade.

4 DISCUSSÃO

A análise comparativa dos dados coletados foi realizada à luz dos objetivos da Política Nacional da Educação da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual propõe que o educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenha o direito de frequentar as classes comuns do ensino regular, participar de atividade complementar

ou suplementas em horário diferente da escolarização, estar incluído na escola comum desde o início da educação infantil, estar junto em sala de aula todos(as) os alunos, os que têm necessidades especiais e os que não têm.

Preconiza-se nessa política a continuidade educacional até os níveis mais elevados de ensino, a participação no Atendimento Educacional Especializado, bem como a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar; e estar aprendendo e participando juntos é a forma de superar a discriminação.

Os pontos apresentados estão alinhados aos princípios da inclusão e mostram os pressupostos para a construção de uma sociedade inclusiva propostos na Política Nacional de Inclusão do Ministério da Educação, os quais devem ser observados pelos estados e municípios quando da implementação de políticas públicas para a consecução de uma meta que busca determinado objetivo, neste caso, a inclusão escolar da pessoa com transtorno do espectro autista.

A inclusão não tem a ver somente com o acesso dos educandos com necessidades especiais nas classes comuns, mas sim, em eliminar ou minimizar as barreiras que limitam a aprendizagem e a participação de todos na escola e na sociedade. Essa condição implica a organização da escola no seu aspecto estrutural, a formação de professores especializados para atender aos alunos, entre outros fatores. Muitos alunos enfrentam dificuldades porque não se leva em consideração suas diferenças e os processos de ensino-aprendizagem.

Portanto, promover uma educação na diversidade é perspectivar as pessoas com necessidades especiais potencialmente capazes, hábeis para a aprendizagem, oportunizando-lhes o desenvolvimento global e possibilitando a participação na vida social. A escola inclusiva no modelo em que prega a política nacional, valoriza a pessoa humana, reconhece que cada indivíduo é único com suas necessidades, desejos e peculiaridades próprias.

E nesse modelo de escola, (BRASIL, 2006) ressalta que:

Os estudantes têm voz e são ouvidos, apóiam os colegas e são apoiados no processo de aprendizagem, realizam tarefas na classe através do trabalho colaborativo e, juntos, compartilham o que aprenderam entre si e entre os membros da comunidade escolar (MEC/SEESP, p.14).

Para que isso ocorra a escola inclusiva deve promover a todos os alunos as estratégias e recursos necessários para que possam sentir-se e estar de fato incluídos, sem qualquer forma de discriminação. Pois, a inclusão na educação é um aspecto da inclusão na sociedade, é o que se preconiza na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008.

Considerando os pressupostos da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva para a pessoa com transtorno do espectro autista, a política do município de Manaus

acena na contramão da política do MEC, tendo em vista que as análises realizadas no texto da Lei 1.495/2010 (política municipal de Manaus), considera a pessoa com TEA sem perspectiva de aproveitamento pedagógico, portanto sem possibilidade de desenvolver-se.

Nesse contexto, essas pessoas são discriminadas como inábeis para o exercício de atividades sociais, como educação, lazer, trabalho; desconsiderados em seus direitos e deveres, reconhecidos como sujeitos incompetentes para aprender, pensar e decidir; submetidos a um permanente estado de dependência em relação à outras pessoas, vistas a partir do modelo médico de atendimento.

O processo de interação baseado no modelo médico, pouco ou nada exige da sociedade em relação à mudança de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais. A sociedade aceita o deficiente desde que ele seja capaz de se adaptar ao contexto social e as formas de desempenhar os papéis sociais necessários.

Poucas são as iniciativas tomadas pelos sistemas educacionais, por considerarem a dificuldade das escolas e dos professores em lidarem com alunos que, para eles, são vistos como doentes, isolados, alheios ao mundo, sem perspectivas de aproveitamento pedagógico. Essa visão linear e homogeneizante nivela todos com autismo, a despeito da comprovada diferenciação entre eles.

A política pública do município de Manaus, instituída por meio da Lei nº 1.495/2010 responsabiliza a rede municipal de ensino com “a obrigação de possuir em seus quadros funcionais orientadores pedagógicos, com especialização em autistas, em permanente processo de atualização” (Art. 3º).

Esse quadro poderia estar contemplado se o município de Manaus tivesse cumprido as metas propostas no Plano Nacional da Educação – PNE/2001 para o decênio 2001-2010, dentre as quais se incluíam a formação de professores, construção de Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, entre outras ações destinadas à promoção de uma escola e uma sociedade inclusivas conforme prega o movimento mundial pela inclusão.

Portanto, convém ressaltar que a falta de coerência entre documentos oficiais, quanto aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista têm suscitado atuações distintas em relação à educação escolar desse segmento da sociedade. Como resolver os impasses ocasionados pela diversidade de normatizações e de orientações? Como o poder central pode induzir a adoção de certas interpretações em estados e municípios brasileiros, quando estes gozam de autonomia político-administrativa?

5 CONCLUSÃO

Garantir a efetivação de uma política de inclusão implica vencer inúmeros desafios, os quais se mostram evidenciados em diferentes aspectos, como as barreiras arquitetônicas (acessibilidade), o

despreparo dos profissionais, a falta de consenso na interpretação da legislação vigente entre outros fatores que dificultam a mudança dessa perspectiva. É preciso, portanto, questionar: qual o conhecimento necessário para fundamentar a prática da inclusão?

Quanto à política municipal, vale ressaltar que diante das análises feitas, embora a política do município de Manaus tenha avançado no sentido da normatização da lei, quanto ao atendimento às pessoas com diagnóstico Transtorno do Espectro Autista, estas ficam por conta da visão clínica acentuada na lei a partir dos serviços oferecidos a essa população.

A literatura científica mostra que as práticas educacionais nas últimas décadas, pouco tem contribuído para a inclusão da pessoa com necessidades especiais na sociedade. Fato que nos remete à necessidade de transcendermos os aspectos técnicos e clínicos, principalmente na esfera da formação de educadores, tendo em vista a educação da pessoa e não apenas seu treino em certas competências.

Nesse sentido, observa-se a incompatibilidade da política municipal em relação à PNEE-PEI/2008, pois esta vê a deficiência e não o deficiente, enquanto as pessoas com TEA inscritas na política municipal estão submetidas à visão do modelo médico de atendimento que considera a patologia, a doença, a limitação, a incapacidade da pessoa autista e não a sua potencialidade, desvirtuando o princípio legal da política nacional com base na concepção de direitos humanos.

Todavia, na busca por uma sociedade inclusiva evidenciam-se inúmeros esforços teóricos, técnicos, políticos e operacionais na possibilidade de construção de uma educação inclusiva que dê conta da amplitude das transformações que um processo como esse implica, apesar das contradições existentes e da falta de compromisso dos estados e municípios em promover políticas públicas que de fato atendam às necessidades das pessoas, sejam elas especiais ou não.

Enfim, o futuro da inclusão escolar para o autista no Brasil e no município de Manaus dependerá de um esforço coletivo, obrigando a uma revisão na postura de políticos, pesquisadores, professores, prestadores de serviços, familiares e dos próprios indivíduos com necessidades especiais, no sentido de trabalhar para uma meta comum, que garanta uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *A Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. JOMTIEN, Tailândia, 1990.

_____, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____, Programa Educação Inclusiva: **Direito à Diversidade**. MEC. Brasília, 2003.

_____, Congresso Nacional. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

_____, *Educar na diversidade: material de formação docente*. 3. ed. edição do material Cynthia Duk. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

_____, **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Brasília: (MEC/SEESP), 2008.

_____, **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <[www.mec.gov.br.Acesso](http://www.mec.gov.br/Acesso)> Acesso em: 22.jun.2012.

_____, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04 de 2 de outubro de 2009**. Brasília: CNE/CEB, 2009.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S.; **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1994.

MANAUS, (Município) **Lei nº 1.495**, de 26 de agosto de 2010. Disponível em <<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2010/agosto/DOM%202515%2026.08.2010.pdf>>. Acesso em: 12. Out. 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SALOMON. **Como fazer uma monografia**: elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte: Interlivros, 1974.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO, (2003). **Superar a exclusão através de abordagens inclusivas na educação**: um desafio e uma nova visão. Paris, UNESCO, 2003.